

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

2011

Presidente:

Dep. Adão Villaverde – PT

1º Vice-Presidente:

Dep. José Sperotto – PTB

2º Vice-Presidente:

Dep. Frederico Antunes – PP

1º Secretário:

Dep. Alexandre Postal – PMDB

2º Secretário:

Dep. Alceu Barbosa – PDT

3º Secretário:

Dep. Zilá Breitenbach – PSDB

4º Secretário:

Dep. Catarina Paladini – PSB

Suplentes:

Dep. Valdeci Oliveira – PT

Dep. Luciano Azevedo – PPS

Dep. Raul Carrion – PCdoB

Dep. Paulo Borges – DEM

**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Presidente:

Dep. Adílson Troca – PSDB

Vice-Presidente:

Dep. Lucas Redecker – PSDB

Titulares:

Dep. Alexandre Lindenmeyer – PT

Dep. Aloísio Classman – PTB

Dep. Frederico Antunes – PP

Dep. Gerson Burmann – PDT

Dep. José Sperotto – PTB

Dep. Luís Fernando Schimidt – PT

Dep. Luís Lauermann – PT

Dep. Márcio Biolchi – PMDB

Dep. Marco Alba – PMDB

Dep. Paulo Odone – PPS

Suplentes:

Dep. Adroaldo Loreiro – PDT

Dep. Daniel Bordignon – PT

Dep. Edson Brum – PMDB

Dep. Gilberto Capoani – PMDB

Dep. João Fischer – PP

Dep. Jorge Pozzobom – PSDB

Dep. Jurandir Maciel – PTB

Dep. Luciano Azavedo – PPS

Dep. Marcelo Moraes – PTB

Dep. Pedro Pereira – PSDB

Dep. Valdeci Oliveira – PT

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO DO POLO NAVAL DO RIO GRANDE

Relator:

Dep. Alexandre Lindenmeyer – PT

Membros:

Dep. Adílson Troca – PSDB

Dep. Frederico Antunes – PP

Dep. José Sperotto – PTB

Dep. Luís Lauermann – PT

Sumário

Apresentação.....	6
I – Instalação da Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande.....	9
II – Atividades Realizadas.....	10
Viagem ao Rio de Janeiro.....	10
Missão à Coreia do Sul.....	11
Audiência Pública – Rio Grande.....	16
Visita Técnica – Rio Grande.....	18
Audiência Pública – Porto Alegre.....	20
III – Polo Naval e o Rio Grande do Sul.....	22
IV – Planos de Desenvolvimento e Fomento.....	24
AGDI.....	26
BADESUL	27
BRDE.....	28
V – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação da Indústria e do Trabalhador.....	28
O PGTec e o Programa RS Tecnópole.....	29
Parque Científico e Tecnológico do Mar – OceanTec.....	29
Universidades.....	31
PGPIN.....	32
PROMINP.....	33
FUNDOPEM.....	34
Pacto Gaúcho pela Educação.....	35
PRONATEC.....	36
VI - Desafios estruturais.....	37
Conclusões e recomendações.....	38
Anexos.....	45
Anexo I – Requerimento de criação da Subcomissão do Polo Naval.....	45
Anexo II – DVD Audiência Pública Rio Grande.....	47
Anexo III – DVD Audiência Pública Porto Alegre.....	48

Apresentação

Na década dos anos setenta a indústria naval brasileira, instalada predominantemente no estado do Rio de Janeiro, apresentava-se ora em segundo, ora em terceiro lugar em termos de produção mundial. Com o passar dos anos, este setor industrial perdeu espaço na economia brasileira, em função essencialmente da falta de novos contratos e do conseqüente fechamento de uma parte significativa dos estaleiros existentes. Em 2002, o número de empregados ligados ao setor no Brasil era tão somente algo em torno de 1900 trabalhadores.

Com o novo governo empossado no ano de 2003, tendo na Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou-se do que havia sido apresentado como um dos compromissos de campanha, o princípio de que **“tudo que pode ser feito no Brasil, tem que ser feito no Brasil”**. Com esse pensamento surgiu o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, instituído através do Decreto nº 4.925/03, com o intuito de expandir a participação da industrial nacional de bens e serviços, fortalecendo tal cadeia produtiva em bases competitivas e sustentáveis, gerando emprego e renda por consequência da implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior.

Simultaneamente à implantação desta política, confirmou-se a existência de jazidas de petróleo na camada do pré-sal, localizadas em áreas territoriais brasileiras.

Os volumes estimados pela Petrobras, após análise de testes realizados em três áreas da Bacia de Santos e uma na Bacia de Campos, são de algo em torno de 10,6 e 16 bilhões de barris de petróleo e gás, o que nos possibilita estimar que o Brasil dobrará suas reservas, considerando-se apenas estas quatro áreas.

Diante de tal conjuntura, mediante análise feita pela consultoria PFC Energy, a Petrobras consolida-se como a terceira maior empresa de energia do mundo, superando recordes de produção. Em dezembro de 2010, considerando a produção de petróleo e gás natural, auferiu-se uma produção total de cerca de 2,5 milhões de barris/dia, constituindo-se como novo recorde mensal. Por certo o mesmo será superado eis que a Petrobras já iniciou a exploração de petróleo da camada do pré-sal, cujos 1,6 trilhões de metros cúbicos de gás e óleo constituem uma das maiores reservas petrolíferas do planeta.

O desafio na extração deste volume levou a Petrobras a investir maciçamente na construção de novas plataformas, navios e embarcações especializadas, com consequente demanda para consolidação da nova indústria naval brasileira. Em nosso estado, esta consolidação se traduz nos diversos investimentos realizados e previstos.

Note-se que as oportunidades de novos negócios, bem como os empreendimentos já em andamento, vêm transformando a metade sul do Estado, criando ali um novo modelo de desenvolvimento econômico, de alto valor agregado, que está proporcionando uma mudança significativa em nosso cenário econômico, social e cultural.

Como exemplo, o grupo Wilson Sons implantará em Rio Grande ainda em 2011 um estaleiro destinado à construção de pequenas plataformas e médias embarcações, bem como plataformas. Um investimento de R\$ 180 milhões e que irá gerar 1200 empregos diretos.

Já no Município de São José do Norte, o empreendimento da Estaleiros do Brasil (EBR), significará um investimento na ordem de US\$ 420 milhões de dólares, sendo estimada a criação de 6mil postos de trabalho diretos e 15 mil postos de trabalho indiretos.

Diante de tais considerações, é indiscutível que devemos ter ações conjuntas entre prefeituras, estados, União, empresas e Instituições de Ensino, Ciência e Tecnologia, dentre outras, para que possamos vencer desafios significativos, entre os quais qualificar a mão de obra e dotar a região de infraestrutura adequada para o considerável aumento populacional que advirão de tais investimentos, considerando-se aí a necessidade do aumento do número de hotéis, hospitais, restaurantes, escolas, moradias e tratamento de esgoto, bem como uma melhor mobilidade urbana. Tudo isso faz-se necessário para alcançarmos um desenvolvimento econômico sustentável, que prime pela qualidade de vida das pessoas.

Ressalta-se o fato de que já nos dias atuais existem limitadores nos municípios da região, entre os quais mencionamos, particularmente, as dificuldades impostas pela falta de acesso a seco entre os Municípios de Rio Grande e São José do Norte, que acarretam constantes prejuízos consequentes da dificuldade na travessia imposta por balsas e lanchas. Estas têm sido incapazes de garantir a celeridade necessária para que possamos considerar tal serviço como adequado as necessidades dos usuários.

Frente a tais considerações, há necessidade de continuidade das atividades realizadas pelo Prominp, os quais vêm consolidando o Plano de Ação do Projeto Rio Grande, trabalho desenvolvido pelo Fórum Regional do Rio Grande, com identificação de foco do Polo Naval, buscando garantir-lhe tanto a competitividade na comercialização das obras futuras como a sua sustentabilidade.

Nesta mesma direção surge a Lei 13.710/2011, a qual busca instituir o Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul – PGPIN, visando aprimorar a participação do Estado como indutor, por meio do incentivo a formação de profissionais, promoção da pesquisa, principalmente na região sul do Estado, voltadas às atividades relacionadas ao gás natural e petróleo e a indústria naval.

Ainda, as alterações feitas pela lei nº 13.708/2011 no FUNDOPEM/INTEGRAR-RS prevê a implantação de Parque Tecnológico na região sul, além de incentivar o surgimento de micro, pequenas e médias empresas com foco no fornecimento de bens e serviços para a indústria naval que se consolida.

Dentro desta perspectiva, há necessidade de mencionarmos que o desafio imposto é considerável, pois nossa indústria tem uma participação restrita em relação ao número de fornecedores para o Polo Naval, estimado em cinco mil indústrias, das quais pouco mais de cem são gaúchas. Uma perda significativa de oportunidades de negócios e geração de trabalho e de renda.

Nossa pretensão é consolidar um novo setor econômico em nosso estado, fruto de uma política nacional desenvolvida com intuito de retomar a indústria naval, gerando não apenas emprego e renda, mas também ciência e tecnologia em nível regional.

Diante desses desafios, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul se apresenta como ferramenta para difundir ao povo gaúcho – em especial aos nossos trabalhadores, empresários, prefeitos e vereadores – o potencial desse novo ciclo econômico, bem como das consequências sociais decorrentes desse processo.

I – Instalação da Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande

Foi aprovada por unanimidade, em 02/03/2011, a proposta do Deputado Estadual Alexandre Lindenmeyer (PT) para a criação da Subcomissão para tratar do Polo Naval do Rio Grande.

O Deputado Alexandre Lindenmeyer justificou a instalação da subcomissão pela importância que o investimento do Polo Naval resultará para o Estado do Rio Grande do Sul, em especial para os municípios da região sul: “Segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a estimativa é que em 2024 a construção de cascos e a montagem de plataformas de petróleo possam movimentar US\$ 26 bilhões em bens e serviços e gerar até 760 mil empregos diretos e indiretos”, disse.



“Essa aprovação é o reconhecimento da Assembleia Legislativa ao crescimento econômico da cidade do Rio Grande e região impulsionado pela implantação do Polo Naval. Quem ganha com isso é o Estado do Rio Grande do Sul”, encerrou o parlamentar rio-grandino.

A Subcomissão terá como relator o deputado Alexandre Lindenmeyer (PT) e contará com as participações dos deputados Frederico Antunes (PP), Adílson Troca (PSDB), José Sperotto (PTB) e Luis Lauermaann (PT).

II – Atividades Realizadas

A Subcomissão do Polo Naval do Rio Grande, em 120 dias de atividade, promoveu duas reuniões públicas, nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, nesta última cidade também foi realizada visita técnica ao complexo portuário. O relator ainda teve a oportunidade de fazer parte da comitiva gaúcha à Coreia do Sul com objetivo de trocar experiências e buscar possíveis parcerias com o governo e setor privado do país. Realizou também viagem ao Rio de Janeiro para participar de reuniões junto ao Gabinete da Presidência da Petrobras e junto às diretorias da Ecovix, Engevix, Quip e Andrade Gutierrez.

Viagem ao Rio de Janeiro (07/04 a 08/04)

Durante a visita à cidade do Rio de Janeiro, foram tratados assuntos diversos que envolveram planejamento estratégico para curto, médio e longo prazo para o setor naval, do petróleo e do gás. Também foram levadas ao conhecimento das empresas a preocupação com a qualificação da mão de obra, da infraestrutura dos municípios, a educação, saúde, mobilidade urbana, moradia, transporte e outros; assim, discutiu-se o papel das empresas envolvidas nesta nova cadeia produtiva na solução destes problemas.

Foram visitadas as empresas Quip S/A, Engevix, Petrobras e Andrade Gutierrez.

Especificamente na reunião junto ao Grupo Andrade Gutierrez, discutiu-se, entre outros temas, a ligação a seco entre os municípios de São José do Norte e Rio Grande.

Missão à Coreia do Sul (26/05 a 04/06)

O relator da Subcomissão, Deputado Alexandre Lindenmeyer, também se fez presente na comitiva gaúcha que esteve na Coreia do Sul. Desta comitiva fizeram parte ainda o Governador Tarso Genro, Paulo Fernandes Tigre (Presidente da Fiergs), Cleber Prodanov (Secretário de Estado de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico), José Clóvis de Azevedo (Secretário de Estado de Educação), Deputada Estadual Ana Affonso, Marcelo de Carvalho Lopes (Diretor-Presidente do Badesul), Cezar Schirmer (Prefeito de Santa Maria), Tarcísio Zimmermann (Prefeito de Novo Hamburgo), Eduardo Macluf (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Pelotas), Gilberto Machado de Pinho (Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Rio Grande), Marcus Coester (Diretor-Presidente da AGDI), Sandra Isabel Ferreira

(Assistente de Assuntos Internacionais da AGDI), João Carlos Cousin (Reitor da FURG). Além destes, participaram também representantes da UNISINOS, FEEVALE, TECNOPUC, UFRGS, FECOMÉRCIO, MOVERGS, SIMECS, SINMETAL, CCPGE, CIERGS, CIN-RS. Empresas ligadas ao setor também foram convidadas a acompanhar, como Petrobras S/A, Grupo Randon, SOG-Óleo e Gás S/A, Weco S/A e Grupo Voges.



Responsável em 2010 por mais de 40% da produção mundial de navios e plataformas para exploração de petróleo e gás, a Coreia do Sul possui grande conhecimento na indústria de petróleo e gás e pode ser um parceiro estratégico na consolidação da indústria naval no estado. A maior prova de que essa parceria está se viabilizando veio com a informação do interesse da empresa Hyundai em investir no estado no setor de logística e fábrica de elevadores, bem como da construção de estaleiro no canal do Rio São Gonçalo por parte da empresa Insung. Proprietária de uma frota de 140 navios que percorrem os oceanos de todo o mundo transportando contêineres, a empresa Hyundai Mercante pretende fixar um terminal exclusivo no Porto de Rio Grande ou São José do Norte para as suas operações no local.

A comitiva também teve a oportunidade de conhecer dois dos maiores estaleiros do mundo no país asiático: o Samsung Heavy Industries e Estaleiro e Engenharia Marítima de Daewoo.

Em atividade desde 1974, o estaleiro Samsung Heavy Industries impressiona qualquer um. Com uma estrutura de aproximadamente 26 mil trabalhadores e a produção de um navio por semana.

Outra megaestrutura, o Estaleiro e Engenharia Marítima de Daewoo (DSME) também foi visitado pela delegação gaúcha na Coreia. O estaleiro produz mais de setenta navios por ano e se destaca pelo compromisso social e ambiental.



Uma cidade com mais de um milhão de pessoas. Esta é Suwon, capital da província de Gyeonggi e que impressiona com a sua verticalização e quantidade de prédios. Sede da Copa do Mundo FIFA de 2002, Suwon também se destaca na área de tecnologia onde possui instalações da empresa líder na produção de semicondutores na Coreia, a Samsung C & T.

Nas proximidades da Samsung C& T, está a principal formadora de mão-de-obra especializada da mesma, a Universidade de Sungkyungwan (SKKU). Um dado muito significativo quanto aos investimentos em ciência, inovação e tecnologia: enquanto no Brasil o governo investe somente 0,54% do PIB e as empresas 0,57% neste setor; na Coreia do Sul, o governo investe 0,84% e o empresariado, 2,46%. Graças a esses números, a Coreia é uma das maiores geradoras de patente do mundo.



No dia 1º de junho, este relator participou da assinatura de um protocolo de intenções entre a empresa coreana Insung e um consórcio brasileiro, formado por três empresas do Rio de Janeiro e uma do Rio Grande do Sul. De acordo com o documento, os parceiros pretendem implantar um estaleiro no Canal de São Gonçalo, a margem do lado de Rio Grande, com o intuito de recuperar e manter embarcações de médio e pequeno porte, incluindo os barcos pesqueiros coreanos que atuam na região das Ilhas Malvinas. Destaca-se que já houve o pedido de licenciamento da área pretendida.

Nas instalações do Korea Advanced Institute of Science and Technology (KAIST), instituição de pesquisa de excelência internacional, tivemos a oportunidade de conferir de perto um projeto promissor que pode beneficiar a área portuária. A proposta consiste em embarcações menores que retiram contêineres de navios sem que estes estejam atracados nos portos. Dois convênios de cooperação foram assinados entre a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e o KAIST. Um de intercâmbio de estudantes e outro com o Parque Tecnológico de Daejeon.

Audiência Pública – Rio Grande

Data: 17/06

Local: Câmara de Vereadores de Rio Grande

Com o título “Crescimento Econômico e Sustentabilidade: Os desafios do Polo Naval Gaúcho”, o evento contou com a presença de diversos segmentos envolvidos na consolidação do Polo Naval.

Inicialmente, foi realizada a apresentação do painel “Os desafios da indústria naval no estado” com a apresentação do Sr. Henrique Arlindo Franzmann Schuster (Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC) e dos professores Ernesto Luiz Casares Pinto (FURG) e Marcelo Domingues (FURG).



Adiante, apresentou-se o painel de tema “Políticas para o desenvolvimento da indústria naval no RS”, com o Sr. Oscar Azevedo (Diretor e Coordenador do Comitê de Competitividade em Petróleo, Gás, Naval e Off Shore da FIERGS) e Sr. Marco Franceschi (Diretor da AGDI – Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento).

Por fim, o tema em destaque foi “Linhas de Fomento para investimentos e consolidação da cadeia produtiva do Polo Naval Gaúcho” com o Sr. Antônio Carlos Cardoso dos Santos (BADESUL).



Visita Técnica – Rio Grande

Data: 17/06

Local: Complexo portuário de Rio Grande

Com o intuito de mostrar *in loco* o funcionamento do Estaleiro Rio Grande, a Subcomissão realizou visita técnica nos campos de trabalho da Petrobras, Quip S/A, Engevix-Ecovix. Na ocasião também foi realizada, por parte de equipe técnica da Petrobras, apresentação do Portal do Promimp, demonstrando as funcionalidades do sítio, em especial a área reservada às demandas da indústria offshore.





Audiência Pública – Porto Alegre

Data: 29/06

Local: Assembleia Legislativa do RS

Realizado na sala João Neves da Fontoura (Plenarinho), o encontro teve como objetivo apresentar aos demais parlamentares, às Secretarias Estaduais, bem como trabalhadores e empresários do centro do estado as oportunidades do Polo Naval Gaúcho. A principal motivação do encontro foi o sentimento de que essa cadeia produtiva que surge no Estado ainda é algo que não é vislumbrado pela maioria dos gaúchos.



Em sua apresentação, o Vice-Reitor da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), destacou que somente nos últimos dois anos houve a contratação de 200 professores. Só nos cursos de engenharia, segundo ele, houve um acréscimo de 134% no número de vagas de 2006 a 2011. Destacou ainda a criação de mais três cursos de engenharia: Engenharia de Automação, Engenharia de Mecânica Naval e Engenharia Costeira Portuária.

Na área de petróleo e energia, citou projetos realizados em parceria com várias empresas e instituições, como o diagnóstico do Polo Naval com a Secretaria do Desenvolvimento, o Estaleiro Virtual, o Laboratório de Interação Fluido Estrutura, o Laboratório de Caracterização de Cabos (Policab), e o Projeto Negócio a Negócio.

Afirmou ainda que o Brasil, com os polos navais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande, deveria buscar a condição de “cluster marítimo”, como ocorre no Hemisfério Norte.

Já o vice-diretor da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), Sr. Aloísio Félix da Nóbrega, ressaltou a necessidade de o Brasil e o Rio Grande do Sul aproveitarem o novo ciclo econômico inaugurado a partir da exploração da camada do pré-sal.

O diretor explicou também as mudanças nas estratégias de contratação da Petrobras, que até recentemente contratava uma plataforma por meio de uma única entidade, uma grande empresa (epcista) que se responsabilizava por todo o processo. Atualmente, a empresa está realizando contratos em separado (módulos, construção do casco e integração casco-módulo). Com isso, a Petrobras pretende copiar o modelo coreano que transformou a construção de navios em linha de montagem.



Também participaram da audiência a secretária-adjunta de Estado da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Ghissia Hauser, o Secretário-Adjunto da Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Junico Antunes, o reitor da Universidade Federal de Rio Grande, João Carlos Brahm Cousin, o Secretário da Cidadania e Assistência Social de Rio Grande, Leonardo Gensen Salum, a representante da Prefeitura de Pelotas, Márcia Medeiros, o Diretor de Operações do Badesul, Sidney Flaviano de Souza, e o representante da Fiergs, Sr. Oscar Azevedo.

III – Polo Naval e o Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul encontra-se diante de um novo ciclo econômico. O desenvolvimento da indústria do petróleo e do gás, bem como a revitalização da indústria naval, deram novas perspectivas ao povo gaúcho.

O Polo Naval já não é mais uma promessa; os investimentos chegaram e muito ainda está por chegar. Assim, faz-se necessário que nosso empresariado e trabalhadores estejam preparados para atender às demandas que este novo ciclo implica.

Para citar alguns números dos projetos em andamento:

- Ecovix: construção de 8 cascos FPSO's em Rio Grande; contrato de US\$ 4 bilhões;
- Quip: construção da P-55, P-58 e P-63; contrato de US\$ 7 bilhões;
- Estaleiro Wilson Sons: estaleiro para barcos de apoio em Rio Grande; já há contrato para construção de dois barcos de apoio, US\$ 140 milhões;
- Estaleiros do Brasil (EBR): instalação de estaleiro em São José do Norte; investimento da ordem de US\$ 420 milhões;
- Prolongamento dos Molhes da Barra (em Rio Grande e São José do Norte); R\$ 512 milhões;
- Aumento do calado do canal do Porto de Rio Grande, R\$ 196 milhões;
- Reconstrução de 1.125 metros do cais do Porto Novo, R\$ 133,8 milhões;
- Duplicação da BR-392, R\$ 280 milhões;
- Terminal da Bunge, R\$ 160 milhões;
- IESA: canteiro *Offshore* em Charqueadas.

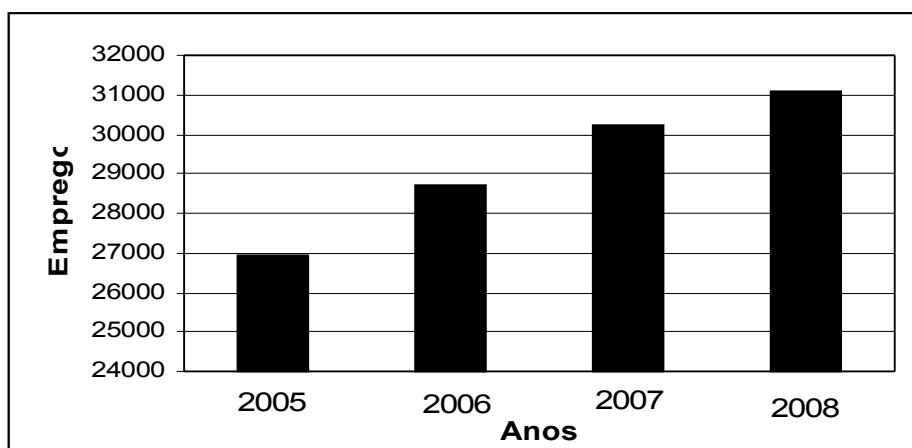
Estima-se que somente a construção da plataforma P-53 e do Dique Seco de Rio Grande geraram cerca de 5.000 empregos diretos e 20.000 indiretos.

Segundo estudos realizados pela FURG, os setores mais intimamente ligados à atividade naval (siderurgia, material elétrico e eletrônico, madeira e mobiliário, químicos e transportes), poderão gerar cerca de 26 bilhões de dólares em termos de bens e serviços, e mais de 700 mil empregos diretos e indiretos ao longo de quinze anos, através do efeito multiplicador da economia do Rio Grande do Sul.

Ainda citando a cidade de Rio Grande (município mais afetado pelos investimentos), a arrecadação do município passou dos R\$ 83 milhões em 2001 para R\$ 255 milhões em 2010.

O gráfico abaixo demonstra a evolução do emprego formal na cidade de Rio Grande, e dá uma amostra do impacto que esses investimentos causarão no RS:

Evolução do Emprego Formal em Rio Grande



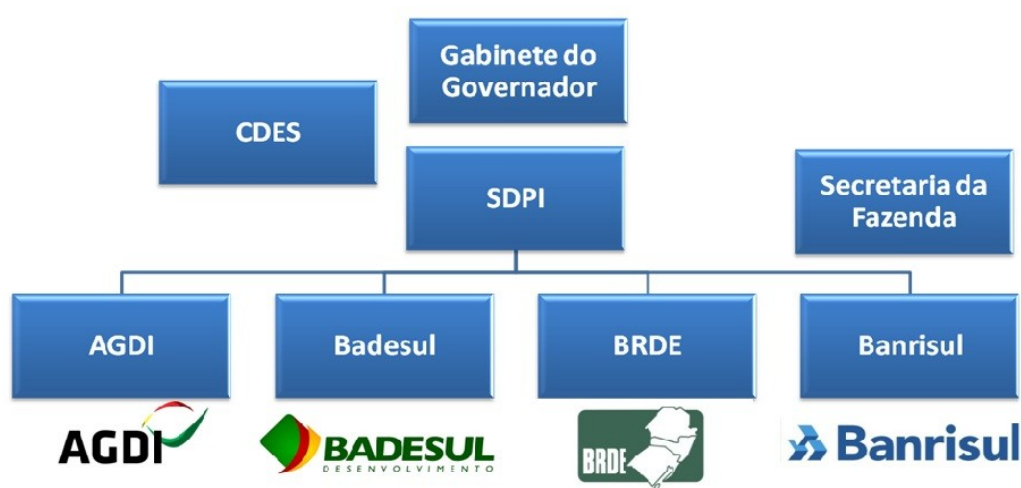
Fonte: Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho (CAGED).

Os demais municípios do estado estão, aos poucos, tomando consciência do potencial do Polo Naval, e devem se inserir o quanto antes na cadeia produtiva, de acordo com suas características locais e potencialidade industrial. Percebe-se, assim, o tamanho do retorno econômico, por um lado, e a grandeza do desafio social, por outro. Este último deve ser encarado com responsabilidade pelos governos federal, estadual e municipal, em ações conjuntas para que o desenvolvimento aconteça de forma ordenada e sustentável.

IV – Planos de Desenvolvimento e Fomento

O Governador Tarso Genro lançou no início de seu mandato o Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (SD/RS). O objetivo deste programa é colocar o Estado em ritmo de crescimento semelhante aos já alcançados a nível nacional, revertendo a estagnação das últimas décadas.

Dentre os instrumentos para atingir os fins almejados estão a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), o Banrisul, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Badesul.

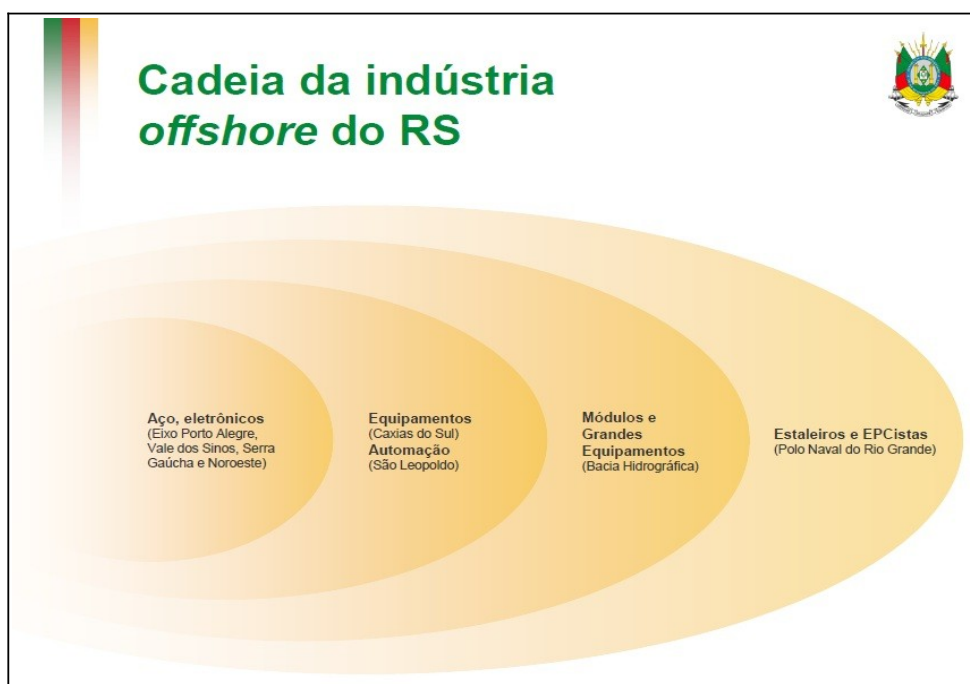


AGDI

A Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) é o braço executivo da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), possuindo a atribuição de elaborar e executar as políticas de atração de investimentos e de combate às desigualdades regionais.

A AGDI tem meta de estimular investimentos em setores como o de semicondutores, softwares e biotecnologia, dentre outros. Mas a principal aposta do governo gaúcho é o Polo Naval de Rio Grande. O novo ciclo do petróleo no Rio Grande do Sul, como foi batizado o complexo gaúcho de construção e reforma de plataformas petrolíferas, possibilita atrair investimentos e estimular os empresários gaúchos.

Uma das estratégias da AGDI para a consolidação da indústria offshore é apostar na ampliação da localização geográfica do polo naval, espalhando o conceito para outros pontos da bacia hidrográfica ligada à Lagoa dos Patos, mitigando os impactos ambientais e urbanos e criando novas fontes de mão de obra para abastecer o setor.



BADESUL

O Badesul nasceu com o objetivo de incentivar o desenvolvimento sustentável, o progresso tecnológico, a inovação, a cooperação internacional e a geração de renda.

É uma empresa do Governo do Estado que tem como finalidade investir no desenvolvimento por meio de modernização dos setores tradicionais, da dinamização de economias regionais e da indução de setores portadores de futuro.

Dentre suas ações é importante citar o Programa RS para Investidores em Energia, que tem o propósito de tornar o Rio Grande do Sul uma referência no uso de fontes energéticas locais, com ênfase naquelas renováveis.

Demonstrando ainda a sua preocupação em fazer-se presente no desenvolvimento e consolidação do Polo Naval Gaúcho, o Badesul patrocinou o 2º Seminário do Polo Naval e a 4ª Rodada de Negócios da Região Sul (evento ocorrido em 12 e 13 de julho deste ano) que teve o objetivo de fornecer e ampliar as informações e o acesso a mercados de potenciais empresas fornecedoras para o Polo Naval.

BRDE

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (Brde), chega ao seu cinquentenário em 2011. Desde sua criação em 1961, o Banco tem por missão investir no desenvolvimento dos setores produtivos.

No Rio Grande do Sul, os recursos do Banco estiveram presentes, por exemplo, na construção do 3º Polo Petroquímico e nas origens da indústria de informática. Em Santa Catarina e Paraná, fomentou a agroindústria. De suas linhas de crédito também saíram recursos para os estados investirem em infraestrutura: expansão da capacidade dos portos de Rio Grande (RS) e Paranaguá (PR) e construção das unidades geradoras de energia elétrica de Itaipu (PR) e Candiota (RS).

Recentemente, a entrada do Brde para a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SPDI), onde atua ao lado da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e do Badesul (antiga CaixaRS), deu novas perspectivas ao banco, possibilitando desempenhar papel fundamental dentro da nova política industrial proposta pelo governo.

V – Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação da Indústria e do Trabalhador

A grande demanda tecnológica associada ao Programa Pré-sal, sua relação com o Polo Naval e *Offshore* do Rio Grande, os altos investimentos da Petrobras e outras petrolíferas na área, implica a necessidade de aprimoramento técnico de nossas empresas e trabalhadores.

Diante do desafio de qualificar a mão de obra e os fornecedores de bens e serviços, os Governos Federal e Estadual, as Universidades e as entidades educacionais privadas estão criando /ampliando projetos, programas e cursos que visam atender a essa urgente necessidade.

O PGTec e o Programa RS Tecnópole

O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGtec) tem o objetivo de incentivar a implantação e consolidação dos parques de pesquisa e desenvolvimento no Estado.

Parques Tecnológicos são ambientes propícios ao desenvolvimento tecnológico, dotados de infra-estrutura adequada, trabalhando com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Esses ambientes podem se constituir em incubadoras e condomínios de empresas de base tecnológica. Como forma de incentivo ao desenvolvimento da ciência e promoção da inovação e da tecnologia, foi criado em 2011 pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), o programa RS Tecnópole, que tem por objetivo iluminar o Rio Grande do Sul através do desenvolvimento científico e tecnológico e da inovação em todas as regiões do RS.

O Rio Grande do Sul conta hoje com três Parques Tecnológicos em funcionamento (São Leopoldo, Porto Alegre e Campo Bom) e mais 11 em fase de projeto ou de instalação (Santa Maria, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Lajeado, Erechim, Bom Princípio, Rio Grande, Porto Alegre, Pelotas, Canoas e Alegrete).

Em abril deste ano, o Governo do Estado, através da Secretaria de

Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT) lançou o programa RS Tecnópole que deverá destinar R\$ 12 milhões aos polos e parques tecnológicos gaúchos.

Parque Científico e Tecnológico do Mar – OceanTec

O projeto do Parque Científico e Tecnológico do Mar está credenciado no Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec), que busca incentivar a implantação e consolidação deste tipo de investimento no Rio Grande do Sul.

Com esse Parque, a ser instalado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), novos padrões de relações sociais serão estabelecidos entre universidades, empresas, governo e sociedade, por meio do desenvolvimento de estruturas de estímulo e apoio a empresas que procurem atuar na promoção do desenvolvimento endógeno, buscando garantir a fixação territorial dos investimentos e empregando um conceito amplo de desenvolvimento, incluindo os aspectos sociais e ambientais.

Com base no cenário de desenvolvimento regional e nas competências científico-tecnológicas da região, foram identificados cinco eixos científico-tecnológicos portadores de futuro que balizam o perfil das empresas a serem prioritariamente instaladas no Parque Científico e Tecnológico do Mar – OCEANTEC, em Rio Grande. São estes:

- Eixo Científico-Tecnológico em Construção Naval e Offshore, focado no desenvolvimento de tecnologias voltadas à construção de embarcações e plataformas ambientalmente sustentáveis;

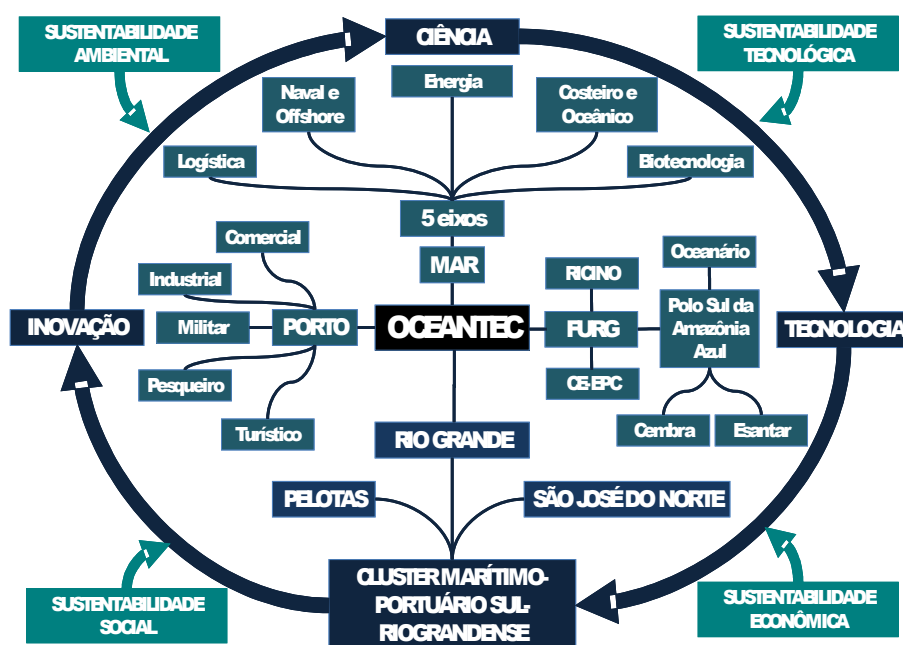
- Eixo Científico- Tecnológico em Obras Costeiras e Oceânicas, voltado ao desenvolvimento de tecnologias associadas à construção de estruturas (arquitetura e engenharia) com vistas à exploração na plataforma continental, talude continental e região abissal;

- Eixo Científico-Tecnológico em Biotecnologia, focado no desenvolvimento de fármacos, bioenergia e suplementos alimentares;

- Eixo Científico-Tecnológico em Energia, voltado ao desenvolvimento de equipamentos, tecnologias e estruturas destinadas à exploração energética de ondas, marés, correntes marinhas e minerais;

- Eixo Científico-Tecnológico em Logística, voltado ao desenvolvimento de soluções logísticas capazes de viabilizar o sucesso econômico-ambiental dos projetos a serem desenvolvidos e implementados no mar demandados pelos quatro eixos anteriores.

Configuração Funcional do OceanTec:



Universidades

Dentre as universidades gaúchas, cabe destacar o papel que a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) vem desempenhando na pesquisa e desenvolvimento relativos à indústria offshore. Pela proximidade ao núcleo do polo naval e do oceano, a FURG, seguindo sua vocação temática histórica e ciente da necessidade de qualificar a população da região, vem ampliando progressivamente as vagas e cursos relacionados a este novo ciclo econômico.

A FURG possui atualmente cerca de 8.500 alunos de graduação, 2000 servidores (docentes e técnicos), 53 cursos de graduação (sendo 24 em áreas tecnológicas, das quais 13 engenharias), 17 cursos de mestrado e 8 de doutorado.

O número de vagas na área de engenharia cresceu 134% no período de 2006-2011 (passando de 290 para 680 vagas). Ainda, cabe destacar que de um total de 8.716 graduandos, 2.288 são da área de engenharia, o que corresponde a 26,3% do total.

Ressalte-se que a FURG vem desenvolvendo inúmeros projetos de pesquisa em praticamente todas estas frentes de fronteira tecnológica, assumindo um papel de liderança nacional e reconhecimento internacional quanto a projetos de pesquisa e inovação tecnológica voltados ao mar, o que atesta sua competência nessas temáticas e consolida sua vocação marítima.

Demonstrando seu potencial e reconhecimento na área, a FURG participa da RICINO (Rede de Inovação para a Competitividade da Indústria Naval e Offshore), Cembra (Centro de Excelência para o Mar Brasileiro) e CE-EPC (Centro de Excelência em Engenharia, Suprimentos e Construção).

Na esteira deste processo, as demais universidades e escolas técnicas do Estado devem se adaptar às necessidades e especificidades das suas regiões quanto à qualificação e pesquisa que a nova cadeia produtiva demandará.

PGPIN

O Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul – PGPIN – foi aprovado por unanimidade no final de março deste ano pela Assembleia Legislativa e sancionado em 06 de abril pelo Governador Tarso Genro. Este Programa é vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

O PGPIN tem por objetivos o incentivo a empresas, a formação de profissionais e a promoção de pesquisas. As atividades focadas são as relacionadas ao gás natural e petróleo, bem como à indústria naval. Dentre as ações previstas, está a implantação de um Parque Tecnológico para as áreas do petróleo e portuária e a ampliação da articulação de instituições financeiras estaduais e federais.

Com esse Programa, o Rio Grande do Sul se adianta no fortalecimento de sua indústria para atender o mercado gerado pelo Polo Naval do Rio Grande e pela exploração do Pré-Sal, possibilitando a geração de emprego e renda, o avanço tecnológico, e um desenvolvimento sustentável.

O PGPIN será coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento e Promoção do Investimento e contará ainda com um Comitê Gestor representado por membros da própria secretaria coordenadora, da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, da Secretaria-Geral de Governo, da Secretaria de Educação, da Secretaria de Infraestrutura e Logística, da Secretaria da Fazenda, da Secretaria do Meio Ambiente e da Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Este comitê terá como objetivo elaborar projetos e ações, estabelecer metas e indicadores, e promover a integração e a transversalidade necessárias para o desenvolvimento do Programa.

PROMINP

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 4.925, do dia 19 de dezembro de 2003, com o objetivo de maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de petróleo e gás natural no Brasil e no exterior.

Esse programa tem por objetivo o fortalecimento da indústria nacional de bens e serviços, sendo centrado na área de petróleo e gás natural. Salienta-se que as metas do Prominp são elaboradas conjuntamente com as empresas e entidades de classe que atuam nas atividades relacionadas ao Programa, tendo como objetivo final gerar emprego e renda em nosso país, agregando valor à cadeia produtiva nacional.

Em 2006, para fazer frente à necessidade de pessoal qualificado à falta de pessoal qualificado no setor, foi criado o Plano Nacional de Qualificação Profissional do Prominp que tem como objetivo capacitar, por meio de cursos gratuitos, profissionais para a área de petróleo e gás. São cerca de 80 instituições de ensino, com investimentos mais de R\$ 200 milhões por ano. Ressalta-se ainda que além da gratuidade dos cursos, são oferecidas bolsas de estudo para alunos desempregados num valor que varia entre R\$ 300,00 e R\$ 900,00. Até o final de 2010, o Prominp havia qualificado mais de 78 mil pessoas, em 15 estados do país. Estima-se que até 2014 será necessária a qualificação de mais 212 mil pessoas até 2014, em 185 categorias profissionais, envolvendo investimentos de cerca de R\$ 550 milhões.



Só no Rio Grande do Sul, entre 2010-2014, estão previstas 6732 vagas no programa:

ESTADO	CURSOS	TURMAS	QUANTIDADE
AL	11	10	176
AM	26	82	1.468
BA	49	232	4.184
CE	59	755	13.591
ES	35	205	3.693
MA	41	1.234	22.206
MG	52	215	3.855
MS	26	306	5.502
PE	78	1.369	24.633
PR	54	28	496
RJ	137	2.097	37.745
RN	45	241	4.343
RS	48	374	6.732
SC	22	23	410
SP	88	722	12.987
Não definido	105	3.923	70.607
TOTAL	876	11.813	212.638

Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho e Emprego, cerca de 81% dos profissionais qualificados pelo Prominp estão empregados no mercado de trabalho formal.

Em outra frente, o Prominp está trabalhando na estruturação do Plano de Desenvolvimento Tecnológico Industrial, o Prominp Tecnológico. Este plano visa elevar a competitividade dos fornecedores de bens e serviços através do desenvolvimento e implantação de tecnologias de base, bem como por meio do fortalecimento da integração entre indústria e universidade.

Enfim, com o Prominp, o Governo Federal afirma o compromisso de priorizar a participação da indústria nacional de bens e serviços de petróleo e gás natural, gerando empregos, oportunidades e riqueza para o Brasil.

FUNDOPEM

Em 06 de abril deste ano foi assinada a Lei estadual nº 13.708, que alterou o FUNDOPEM/RS e o Programa INTEGRAR-RS.

Esta lei trouxe mudanças importantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul, enfatizando ainda a redução das desigualdades regionais. Dentre o conjunto de mudanças, a lei dá especial atenção à região sul do estado e a cadeia do polo naval, incentivando a implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A região chamada de Metade Sul ainda apresenta indicadores socioeconômicos inferiores ao restante do estado, necessitando incentivos para alavancar processos de desenvolvimento. A atividade de pesquisa e desenvolvimento empresarial poderá contribuir para alcançar este objetivo e neste caso, poderá ser financiado o montante até 100% do investimento fixo, sendo inclusive possível financiar 100% das despesas com salários e encargos de pessoal por 24 meses, a depender do incremento do montante do ICMS devido.

Esta prevista a possibilidade de financiamento para implantação de Centros de Pesquisas em outras regiões, porém, neste caso, devem estar integrados a cadeia do polo naval de Rio Grande. O financiamento poderá ser de até 75%, seja do investimento fixo de implantação ou de pessoal - salários e encargos -, por 24 meses.

Outras regiões e outras cadeias produtivas poderão receber incentivo para implantação de Centros de Pesquisas, desde que estejam integradas às cadeias produtivas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do Estado. Neste caso o financiamento poderá ser de até 50%, seja do investimento fixo de implantação ou de pessoal - salários e encargos -, por 24 meses.

As mudanças propostas são importantes, tanto pelo tratamento especial para as empresas de pequeno e médio porte, quanto pelos procedimentos previstos, como a concessão de abatimentos das parcelas. Tema que ainda deverá ser regulamentado, mas que tem importante significado para os setores empresariais de pequeno porte, os quais poderão gozar de incentivos e

tratamento especial.

Pacto Gaúcho pela Educação

Tem origem nos debates sobre educação ocorridos no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS). Tendo em vista seu caráter voltado à educação profissionalizante, técnica e tecnológica, ganhou adjetivos tornando-se Pacto Gaúcho pela educação Profissionalizante, Técnica e Tecnológica, cujo objetivo é formar uma rede entre o Governo do Estado e as diversas Instituições de Ensino Superior, federais e comunitárias, os Institutos Federais, a UERGS e os Centros de Pesquisa do Rio Grande do Sul comprometidos com o desenvolvimento do Estado. Desta forma, o Pacto pretende desenvolver estruturas e ambientes inovadores capazes de contribuir para o desenvolvimento regional aliado ao crescimento do PIB estadual em relação ao PIB nacional, a diminuição das desigualdades regionais e o adensamento das cadeias produtivas.

Pronatec

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. A medida intensifica o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país. Além das 81 unidades que estão em execução e devem ser inauguradas neste e no próximo ano, o Governo Federal deve anunciar nos próximos dias outras 120. Com as 140 existentes até 2002, mais as 214 inauguradas no governo anterior, a rede federal deverá contar com cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil estudantes, em todo o país.

Além disso, o Pronatec visa a ampliação de vagas e expansão das redes estaduais de educação profissional. Ou seja, a oferta, pelos estados, de ensino médio concomitante com a educação profissional. Esta ação será abarcada pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que teve a adesão das 27 unidades da federação. Os recursos serão repassados para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

Outra ação importante é a ampliação da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), que já instalou 259 polos em 19 estados até 2010, atendendo a cerca de 29 mil estudantes. Em 2011 serão mais de 46 mil vagas; mais de 59 mil em 2012; mais de 156 mil em 2013 e cerca de 173 mil

em 2014.

Por intermédio do Pronatec será dada celeridade ao acordo firmado no governo anterior com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac), segundo o qual essas entidades devem aplicar dois terços de seus recursos advindos do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos. Dessa forma, as escolas do Sesi, Senai, Sesc e Senac receberão alunos das redes estaduais do ensino médio, que complementarão a sua formação com a capacitação técnica e profissional.

As escolas do Sistema S e das redes públicas também ofertarão cursos de formação inicial e continuada para capacitar os favorecidos do seguro desemprego que sejam reincidentes nesse benefício. Esta ação se aplica também ao público beneficiado pelos programas de inclusão produtiva, como o Bolsa Família.

VI - Desafios estruturais

Avista-se no horizonte um novo Rio Grande do Sul, que retomará sua posição de destaque no cenário econômico nacional e internacional. A caminhada de desenvolvimento que nos erguerá a tal posto se dá a passos largos. Mas alguns ajustes hão de ser feitos para que não tenhamos um crescimento econômico desordenado.

O Polo Naval é do Rio Grande do Sul, não apenas de uma cidade ou região. Os municípios gaúchos estão se movimentando para se inserirem na cadeia de produção, mas não podem esquecer de que o crescimento de arrecadação, de emprego e renda deve ser acompanhado pelo aumento da qualidade de vida e pela preservação ambiental.

Possuímos atualmente já alguns estudos sobre o impacto que o Polo Naval irá acarretar ao município de Rio Grande; as demais cidades devem seguir o mesmo exemplo e se adiantar, evitando um crescimento sem planejamento.

Investimentos em saneamento, educação, saúde, segurança, lazer e outras áreas serão necessários para atender o aumento populacional e de renda. Rio Grande e a Metade Sul são exemplos.

Consoante estudos do Governo do Estado, Fiergs e FURG, a cidade de Rio Grande deverá se adequar para alguns dados animadores (mas também preocupantes):

RIO GRANDE		
	2010	2021
População	197 mil	450 mil
Veículos	78 mil	220 mil

Os números impressionam, mas já trazem sérias consequências para Rio Grande e região. Fatores como a alta nos preços dos imóveis, o aumento da violência, o trânsito caótico, o transporte público incapaz de suprir a demanda, o atendimento deficiente em diversos órgãos públicos, falta de passagens na rodoviárias...esses são apenas alguns dos problemas que Rio Grande já está enfrentando.

Ainda, há outros gargalos. Dentre as principais demandas da região, citamos: a recuperação da BR-101, o término da duplicação da BR-392, a melhoria no atendimento da travessia do canal entre Rio Grande e São José do Norte (balsa e lanchas) a curto prazo e a travessia a seco do mesmo trecho, o aeroporto regional, a balsa de Santa Isabel, a qualificação da mão de obra em setores como a construção civil, a redução das tarifas de pedágio, são alguns dos desafios que os governos (municipais, estadual e federal) deverão enfrentar.

Outros problemas em nível estadual ainda se apresentam, em especial a logística para que o Polo Naval possa gerar frutos a todo o Rio Grande do Sul. Além de ligações terrestres menos onerosas (questão dos pedágios), o incentivo ao transporte fluvial e lacustre e de uma nova política tributária é necessária, mas, principalmente, a divulgação e o debate quanto a este cenário, bem como a conscientização das demais regiões do Estado quanto ao potencial que esse polo representa.

Conclusões e recomendações

A decisão do Governo Federal em apostar na indústria naval brasileira, a competência técnica e a ampliação das atividades da Petrobras, a descoberta do Pré-Sal, a possibilidade de uma futura extração de petróleo e gás na Bacia do Pelotas e a iniciativa de apoiar a capacitação de nosso trabalhador deram, não só ao povo gaúcho, mas ao brasileiro, a perspectiva de um futuro promissor, com geração de renda, redução do desemprego e aumento do acesso à educação.

De outro lado, o crescimento gerou receio de que exista uma explosão demográfica nas cidades mais diretamente afetadas. Na esteira deste crescimento populacional, os moradores temem que setores como segurança, moradia, transporte, saúde e outros não acompanhem este crescimento.

Após cento e vinte dias de trabalho, com a informação acumulada nas apresentações de empresas e órgãos públicos nas audiências da subcomissão, dos relatos das populações afetadas, nas visitas técnicas ao complexo portuário de Rio Grande e à sede da Petrobras no Rio de Janeiro, o que se viu foi a expectativa de um rápido crescimento da economia gaúcha.

Este desenvolvimento deverá fazer-se acompanhar de políticas públicas com vistas ao fortalecimento de nossas empresas, da capacitação de nossos trabalhadores, da distribuição de renda, da preservação ambiental. Neste sentido, esta subcomissão tentou trazer aos interessados uma visão ampliada da cadeia produtiva da indústria oceânica, do petróleo, do gás.

As atividades desta subcomissão foram voltadas a publicizar os investimentos

público-privados já realizados ou em andamento, assim como as políticas públicas existentes de capacitação de mão de obra e de financiamento. Deu-se divulgação também ao Plano Diretor do Polo Naval.

As apresentações realizadas nas audiências públicas indicam números de crescimento que irão transformar o cenário de diversos municípios do estado. A cidade de Rio Grande, que já percebe as consequências da implementação desta nova cadeia produtiva, tem colhido frutos, mas também enfrenta dificuldades advindas do aumento da população e da renda. Não se pode analisar os dados de aumento do PIB, dos investimentos públicos e privados, da geração de empregos sem ter em vista o crescimento do número de veículos, da falta de leitos de hotéis, da inflação dos preços dos imóveis e serviços, da criminalidade, dentre outros.

Como forma de equilibrar o bem-estar social gaúcho nesta delicada e fina linha que separa os prós dos contras no desenvolvimento do Polo Naval, os deputados desta Casa devem continuar o fomento ao debate popular como forma de participação nas políticas públicas.

Nossa Casa Legislativa deve, como Assembleia de representantes das diversas regiões gaúchas, também atentar-se aos possíveis desvios de desenvolvimento, para que o crescimento de uma região não se dê em detrimento de outras.

Atualmente o Complexo Metal-Mecânico-Eleto-Eletrônico-Automação no RS emprega diretamente mais de 225 mil pessoas - cerca de um em cada três dos trabalhadores da indústria gaúcha - e gera 42,4% da renda (massa salarial) gaúcha. E precisa aproximadamente de 45 mil novos funcionários qualificados, por ano, para sustentar as taxas de crescimento que o mercado está propiciando.

Lembrando que os investimentos da indústria oceânica, do gás e do petróleo estão sendo realizados não apenas em nosso estado, entendemos que as empresas e trabalhadores de nossa tradicional indústria metal-mecânica devem aproveitar a oportunidade para ingressar nos demais mercados, beneficiando a região serrana do estado. Ainda, os US\$ 224 bilhões que a Petrobras anunciou investir até 2014 no país podem ser aproveitados pelas demais regiões gaúchas por meio de empresas que estão adequando suas produções às necessidades da estatal.

Em relação à elevação do custo no setor de habitação, preocupação dos moradores do município de Rio Grande, as informações obtidas por esta subcomissão dão conta do anuncio de um

projeto de construção de cerca de 10 mil moradias, distribuídas em três empreendimentos, por parte da empresa Ecovix. As obras seriam localizadas próximas ao Complexo do Polo Naval e seriam direcionadas para trabalhadores do setor e também para outros segmentos, através de financiamento.

Na área ambiental, demanda recorrente é quanto a demora na liberação das licenças por parte da Fepam. Nesta seara, foi anunciada pelo Governador Tarso Genro a contratação de pessoal especializado para aquele órgão, objetivo este previsto também no Plano Diretor do Polo Naval.

Quanto aos questionamentos em relação a política tributária, entendemos que o atual Governo do Estado deu grande passo nas alterações realizadas no Fundopem, prevendo o incentivo às micro e pequenas empresas da região sul.

Na educação, as informações coletadas junto à Universidade Federal de Rio Grande demonstra que o ensino superior está sendo fortalecido, com aumento do número de vagas, de cursos de graduação e pós-graduação. Estes números ainda se repetem nas outras universidades federais e na UERGS. A criação de Centros Tecnológicos também permitirá o desenvolvimento com tecnologias locais, barateando custos e valorizando nossos cientistas, além de possibilitarem o surgimento de novas cadeias produtivas. As palestras realizadas pela Petrobras, em relação ao promimp, informam que o Governo Federal está atento à demanda da indústria offshore, fornecendo a qualificação dos trabalhadores do setor.

Importante ainda citar que a Assembleia Legislativa, criou Subcomissão para tratar da Educação Profissional, ligada à Comissão Permanente de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia. Esta subcomissão pretende mapear as carências neste setor educacional, percorrendo diversos municípios gaúchos na realização de audiências públicas.

Outra medida a ser reforçada é a aproximação com outros polos. Ciente da importância da troca de experiências, o Governo do Estado organizou uma Delegação para visita ao Polo Naval de Suape-PE. Na ocasião foi anunciada a retribuição da visita.

Devemos ainda incentivar a realização de visitas técnicas, em conjunto com a Fiergs,

no intuito de apresentar as potencialidades do Polo Naval Gaúcho às empresas interessadas em investir no segmento. No mesmo sentido, é importante ao papel do Estado no incentivo à realização de feiras e encontros comerciais. Em uma era digital, faz-se necessária essa aproximação física entre o vendedor e o comprador.

No enfrentamento da morosidade da Justiça, deve ser revista a estrutura do Poder Judiciário na região sul. É fundamental a ampliação de algumas comarcas e entendemos que, pelos números atuais de movimentação processual, a Comarca de Rio Grande deve ser transformada em entrância final.

No tocante à Justiça do Trabalho, ressalta-se a aprovação pelo Congresso Nacional da criação da 3ª e 4ª Varas do Trabalho no município de Rio Grande, demonstrando a sensibilização quanto a situação diferenciada em que se encontra aquela cidade.

Quanto à questão energética, a empresa Bolognesi Participações S/A contratou a Universidade Federal do Rio Grande – FURG para, juntamente com a Superintendência do Porto do Rio Grande – SUPRG, buscar a melhor alternativa técnica para implantação do Terminal de Gás Natural Liquefeito – TERGÁS a ser instalado em área do Porto Organizado do Rio Grande. Caso se concretize, este empreendimento deverá mudar o perfil da matriz energética do Estado (com a instalação da Usina Termelétrica), além de gerar a estruturação de um polo de gás-químico a partir da instalação da Usina de Regaseificação. Salienta-se que tal empreendimento igualmente poderá ser realizado pela Petrobras.

Em relação ao transporte, deve ser acompanhado o processo de concessão de exploração das rodovias gaúchas, buscando o diálogo com os usuários para encontrar o melhor formato para estes contratos, com objetivo de baratear o custo do transporte terrestre que acabam por onerar os serviços portuários. Salientamos que atualmente estes custos colocam o porto do Rio Grande em uma concorrência difícil com os portos catarinenses, em especial os de Itajaí e Imbituba, que já aumentaram em muito os seus terminais de contêineres.

Faz-se ainda necessário solucionar a questão da travessia entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte que, pela precariedade vem limitando o potencial desenvolvimento da região. Para tanto, em curto prazo, deve ser reavaliada a concessão das lanchas e balsas, único meio disponível de transporte público cuja a atual concessão da travessia de passageiros (lanchas) está em processo de licitação.

Cabe aqui reforçar que devemos envidar esforços para que no médio/longo prazo seja implantada a travessia a seco entre os dois municípios, com a construção de uma ponte que os ligue consolidando o *cluster* e possibilitando um trajeto sem custos aos seus usuários, uma vez que as outras alternativas rodoviárias estão pedagiadas.

Também deve ser dado andamento no projeto de trem de passageiros que deverá ligar Capão do Leão - Pelotas - Rio Grande, consolidando a aglomeração urbana regional que deve planejar as políticas de desenvolvimento regional em toda a sua plenitude. Cabe ressaltar que atualmente o Comitê Executivo de Mobilização pelo Trem de Passageiros está em tratativas junto a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a empresa Trensurb, delegada pelo Ministério das Cidades para tratar do tema, para a assinatura do contrato de Estudo de Viabilidade Técnica.

É essencial ainda buscar apoio à construção de um aeroporto regional, que seria construído entre os municípios de Rio Grande e Pelotas, com capacidade operacional de atendimento logístico a grandes aeronaves de carga e passageiros, atendendo assim as demandas de toda região. Em curto prazo, em caráter emergencial, deve ser oportunizado novo prédio para recepção de passageiros no atual aeroporto de Rio Grande, maior número de horários de vôos, bem como a utilização de aeronaves de maior porte, possibilitando o barateamento de custos.

Em relação às rodovias, faz-se necessário a acelerar a duplicação da BR-392 (trecho Rio Grande/Pelotas) e a RS-734 (Rio Grande/Balneário Cassino), importantes vias de escoamento da produção gaúcha ao porto do Rio Grande e de acesso aos serviços, comércio e indústrias de Pelotas e toda a região do entorno. No que diz respeito a BR-101, o Governador Tarso Genro anunciou a restauração do trecho Capivari/Mostardas, definido desta forma a vontade política de realizar a obra, no entanto, faz-se necessário dar mais agilidade à liberação dos recursos, pois este trecho da rodovia encontra-se em péssimas condições.

Por fim, cabe ressaltar que o investimento que hoje o Governo Federal esta fazendo no sul do Rio Grande é de médio e longo prazo, perene, e visa não apenas constituir um pólo naval, mas sim uma cadeia produtiva regional que se auto alimente e desenvolva na medida em que vai se consolidando. A indústria naval e suas sistemistas são o início de uma nova atividade produtiva regional que deve agregar à produção a inteligência de sua continuidade. Desta forma, o Centro

tecnológico *Oceantech* é fundamental para a região, possibilitando a produção de estudos de novas tecnologias que irão permitir o desenvolvimento de produtos e investimentos. Além disso, trabalhando em conjunto com as universidades e escolas técnicas, permitirá dar continuidade à formação de mão de obra qualificada na região.

Ao concluir gostaria de ressaltar o importante papel que cumpre o CDES, instância institucional que junto com a sociedade organizada tem objetivo de discutir e sugerir as políticas a serem seguidas pelo Executivo estadual. Como colaboração, no nosso caso da região sul, sugerimos que se adotem também políticas transversais que englobem as várias secretarias e órgãos do Estado que dialoguem com o desenvolvimento desta importante região. A criação da câmara temática de gás, petróleo e polo naval, no nosso entender, é um auspicioso início de uma política de governo que deve transcender esta temática, envolvendo toda uma cadeia produtiva regional. Entendemos assim que deva ser criado um fórum específico no qual estejam presentes todos os órgãos e secretarias de governo, de tal modo que haja possibilidade da implementação de ações articuladas que oportunizem racionalidade e transversalidade nas políticas públicas aplicadas na região, objetivando o tão sonhado desenvolvimento econômico sustentável.

Dep. Alexandre Lindenmeyer
Relator

Anexos

Anexo I – Requerimento de criação da Subcomissão do Polo Naval

Exmo Sr Deputado Adilson Troca

Presidente da Comissão Permanente de Economia e Desenvolvimento

Sr Presidente,

O deputado que este subscreve, vem, de acordo com o disposto no art. 74 e seus parágrafos, requerer a criação de uma subcomissão para tratar sobre o polo naval sediado na cidade de Rio Grande. Subcomissão esta que tenha abrangência regional, com especial impacto sobre as cidades de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte e Capão do Leão. Este megainvestimento do governo federal ao mesmo tempo em que transformou o perfil econômico da região, dinamizando-o, também expôs as limitações relativas a logística, de mão de obra, infraestrutura e mesmo de um centro tecnológico que possa atender, em conjunto com as universidades da região, as grandes transformações decorrentes de pesquisas para as áreas de construção naval, formação de mão de obra e atração de novas empresas voltadas ao polo naval, ao setor do gás e do petróleo.

Sala da Comissão,

Deputado Alexandre Lindenmeyer – PT

JUSTIFICATIVA

A importância dos portos para a economia é reconhecida antes mesmo de existir um sistema financeiro que lhe desse sustentação. No Brasil os portos ganharam relevância a partir de 1808, quando ocorreu a abertura comercial, o que pôs em evidência o valor da navegação para a economia do país.

O porto do Rio Grande inaugurado oficialmente em 15 de novembro de 1915, embora em atividade desde a fundação do município em 1737, contava, até 1970, com dois portos que ao longo das décadas foram se sucutando e se tornado obsoletos, vítimas de excesso de burocratização.

A virada se deu com a extinção da Portobrás em 1990 e com reforma da estrutura física portuária. O Governo Federal edita a Lei n. 8630/93 que trata da reformulação das operações portuária, dando início a um novo modelo de gestão. Este novo modelo foi suporte para o desenvolvimento do setor compreendido em um país que possui cerca 8 mil quilômetros de costa e uma posição geográfica privilegiada.

O porto de Rio Grande já era o segundo maior do país em movimento de cargas, mas a partir do governo Lula virou referência como polo naval, firmando sua primeira grande operação: a plataforma P-53 da Petrobras. Após, viu-se a ampliação de investimentos na indústria naval riograndina, repercutindo economicamente em toda a região. A estimativa é de que 2024 a construção de cascos e a montagem de plataformas de petróleo possam movimentar US\$ 26 bilhões em bens e serviços e gerar até 760 mil empregos diretos e indiretos, segundo estudo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), encomendado pela secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Estado.

Somente entre 2010 e 2014, os postos de trabalho criados somariam 205,7 mil - a maior parte deles decorrentes do efeito-renda, ou seja, do consumo das famílias a partir de salários dos trabalhadores que fazem parte da cadeia de fornecimento para o incipiente polo naval da região. Prevê-se, ainda, o aumento da população dos atuais 600 mil habitantes (considerando as cidades de Rio Grande, Pelotas, São José do Norte, Capão do Leão) para aproximadamente 1 milhão de habitantes.

Dentre os problemas a solucionar, a Região Sul tem que enfrentar a escassez de mão de obra qualificada, a demora na tramitação dos licenciamentos ambientais, o próprio impacto ambiental e, principalmente, a melhoria/ampliação de sua infraestrutura urbana para abrigar uma população que duplicará em pouco tempo.

Ainda, é importante ressaltar que estes problemas serão enfrentados não só pelo município de Rio Grande, mas por todas as cidades da região sul, e especial Pelotas e São José do Norte.

Da mesma forma, não podemos permitir que ocorra na região o simples desenvolvimento da indústria naval, sem que forneçamos a população local uma alternativa para possíveis retrações no setor, o que acarretaria o desemprego, criminalidade e a pobreza.

Neste sentido, o atual Governo do Estado está enviando à esta Casa um grupo de projetos de lei que visam a formação de mão de obra qualificada, a atração de novos investimentos regionais e a instalação de um Centro Tecnológico que desenvolverá pesquisa no setor de petróleo, gás e indústria naval.

Assim, faz-se necessário que esta Casa possua um grupo que se aproxime daquela região e acompanhe o desenvolvimento da região sul, evitando que ocorra um crescimento desordenado que resulte no aumento da criminalidade, no caos do trânsito/transporte, na falta de moradia, da ineficiência dos serviços de saúde e etc.

Sala da Comissão,

Deputado Alexandre Lindenmeyer – PT

Anexo II – DVD Audiência Pública Rio Grande

Anexo III – DVD Audiência Pública Porto Alegre